

## Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 05/02/2015

- [Reajuste de valores repassados à educação infantil, pelo MEC](#)
- [Relatório sobre a infância no Brasil é apresentado no Comitê de Direitos da Criança da ONU, na Suíça](#)
- [Educação é a base das atividades em unidade socioeducativa em Jaboatão \(PE\)](#)
- [Mais de cem municípios cearenses participam de semana de treinamento contra trabalho infantil](#)
- [Em Minas Gerais, unidades socioeducativas estão superlotadas](#)
- [Foliões serão alertados sobre responsabilidade com crianças](#)

**Assunto: Reajuste de valores repassados à educação infantil, pelo MEC**

**Fonte: Agência Brasil EBC**

**Data: 05/02/2015**



Os recursos para a educação infantil em 2015 estão definidos em portaria publicada no Diário Oficial da União/Elza Fiúza/Agência Brasil.

O Ministério da Educação (MEC) divulgou hoje (5) os valores que serão repassados em 2015 para manutenção de unidades públicas de educação infantil que ficaram fora do censo escolar e que, por isso, ainda não podem, legalmente, receber os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Os valores estão definidos em portaria publicada no *Diário Oficial da União*. O valor anual a ser repassado a municípios e ao Distrito Federal passa a ser R\$ 2.971,24 por aluno de creche pública, em período integral; R\$ 2.285,57 por aluno de creche pública, em período parcial; R\$ 2.971,24 por aluno de pré-escola pública, em período integral, e R\$ 2.285,57 por aluno de pré-escola pública, em período parcial.

Antes de abril de 2013, até que as escolas fossem incluídas no censo, tinham de usar recursos próprios para manutenção de novas turmas. A iniciativa é consequência do lançamento do Programa Brasil Carinhoso, parte do Plano Brasil sem Miséria, que beneficia famílias com crianças até 6 anos.

Segundo o MEC, com o repasse, os municípios e o Distrito Federal terão condições de iniciar as atividades com recursos recebidos diretamente do governo federal para pagar salários e atender a outras despesas, até que passem a ser contemplados pelo Fundeb.

<b>Assunto: Relatório sobre a infância no Brasil é apresentado no Comitê de Direitos da Criança da ONU, na Suíça</b>
--

<b>Fonte: Cedeca - Centro de Defesa da Criança e do Adolescente</b>
---

<b>Data: 05/02/2015</b>
-------------------------

Aconteceu em Genebra, na Suíça, na terça-feira (3), a 70ª Pré-Sessão do Comitê de Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas (ONU). No evento, foi apresentado o “II Relatório Alternativo Sobre os Direitos da Criança”, que retrata a situação da infância no Brasil. Uma das constatações é a de que o país ainda precisa cumprir com as normativas internacionais das quais é signatário.

Elaborado pela Anced/Seção DCI – Associação Nacional dos Centros de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente, em parceria com outras organizações, o relatório “serve como de denúncia da gravidade da situação de desrespeito aos direitos da criança e adolescente no Brasil” e denuncia o extermínio dos jovens.

“O país assume posição de destaque no mundo nessa seara, porque, apesar de os homicídios afetarem a população como um todo, a população adolescente e jovem é especialmente vitimizada, sendo os adolescentes e jovens do sexo masculino e negros as maiores vítimas de homicídios. E quando se trata de homicídios cometidos por agentes do Estado (policiais) as circunstâncias e os procedimentos para a apuração dos casos são permeados de impunidade”, aponta o documento.

De acordo com Pedro Pereira, integrante do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (Cedeca-RJ) e da coordenação da Anced, o Comitê da ONU avaliará o Relatório, e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) apresentará ao Brasil um conjunto de questões em setembro desse ano. “Esperamos que o governo brasileiro implemente com urgência as recomendações apresentadas pelo comitê e as sugestões apresentadas pelo relatório”, conclui Pereira.

**Assunto: Educação é a base das atividades em unidade socioeducativa em Jaboatão (PE)**

**Fonte: CONJUR - Consultor Jurídico**

**Data: 05/02/2015**



O modelo de ressocialização da Fundação de Atendimento Socioeducativo (Case), em Jaboatão (PE), que venceu o Prêmio Innovare em 2014, chega a manter o índice de reincidências em 13%, enquanto o número da Região Nordeste, o mais alto do país, é de 54%, segundo dados de 2012 do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A receita é ter o ambiente escolar como centro de todas as atividades. Com capacidade para abrigar 70 adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, a instituição não tem celas ou pavilhões. Conta com cinco “casas” por onde os jovens passam desde a sua chegada até a sua liberação ou transferência para o regime aberto por decisão da Justiça. Eles frequentam a escola todas as manhãs e no tempo livre participam de oficinas criativas e praticam esportes.

O principal entrave ao seu desenvolvimento — a fim de que o modelo seja implantado em outras unidades socioeducativas do Estado — é a falta de recursos para os professores, que, segundo o professor e psicólogo do Case, Adalberto Teles, um dos responsáveis pelo projeto, muitas vezes acabam arcando com despesas de material para que os alunos não se sintam desestimulados e se esforçam para buscar patrocínio junto a instituições privadas.

**Assunto: Mais de cem municípios cearenses participam de semana de treinamento contra trabalho infantil**

**Fonte: MPT-CE (Ministério Público do Trabalho de CE)**

**Data: 05/02/2015**

O estado do Ceará é um exemplo a ser seguido no que se refere à erradicação do trabalho infantil. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2009, mais de 293 mil crianças e adolescentes cearenses (de 5 a 17 anos) exerciam algum tipo de atividade, a maior parte inserida nas piores formas. Números recentes apontam 50% na redução dos casos.

A queda do percentual de meninos e meninas trabalhando e a conscientização sobre a importância de não se trabalhar na infância se devem, em boa parte, ao Programa de Educação contra a Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente (Peteca), criado em 2008 pelo procurador do Trabalho Antonio de Oliveira Lima.

O Peteca, nacionalmente conhecido como MPT na Escola, leva o debate sobre os direitos da criança e do adolescente às salas de aula de 1,5 mil escolas do Ceará, estimulando os estudantes a produzir atividades lúdicas sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Nesta terça-feira (3) e quarta-feira (4), representantes de mais de cem municípios cearenses vão participar um treinamento sobre as ações do Peteca. A realização do encontro é do Ministério Público do Trabalho no Ceará (MPT/CE), em parceria com as secretarias municipais de educação e a Associação para o Desenvolvimento dos Municípios do Estado do Ceará (APDMCE). A ideia é dialogar sobre a metodologia do projeto e planejar oficinas para diretores e coordenadores das escolas de cada cidade.

<b>Assunto: Em Minas Gerais, unidades socioeducativas estão superlotadas</b>
--

<b>Fonte: Jornal O Tempo</b>
------------------------------

<b>Data: 05/02/2015</b>
-------------------------

# O TEMPO

Os centros de medidas socioeducativas do estado de Minas Gerais estão passando pelo grave problema da superlotação. As 33 unidades contam com 1.422 vagas, mas abrigam 1.836 jovens em regimes de internação, semiliberdade e internação provisória – 29% a mais do que o permitido.

Reportagem especial do jornal “O Tempo” entrevistou representantes de 11 comarcas de cidades interioranas e todas reclamam da falta de vagas nas unidades. “Na verdade, é como se não existisse a medida de internação. Então, o sistema socioeducativo não funciona, pois não se tem como determinar todas as intervenções previstas. É por isso que há uma sensação de que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é ineficaz”, lamenta José Honório de Rezende, juiz da Vara da Infância e da Juventude do município de Ibirité.

“Às vezes, nem em casos de homicídios se consegue vaga”, completa José Henrique Mallmann, juiz da Vara da Infância e Juventude de Poços de Caldas, no Sul de Minas Gerais.

Para Jaqueline Moreira, doutora em psicologia pela PUC-MG, a reincidência está diretamente ligada à falta de oportunidades e, por isso, ela sugere ao poder público um olhar mais atento aos programas sociais de prevenção à criminalidade. “Acaba o tempo da medida socioeducativa, e o infrator volta para um ambiente perigoso”, garante.

<b>Assunto: Foliões serão alertados sobre responsabilidade com crianças</b>
---

<b>Fonte: Promenino</b>
-------------------------

<b>Data: 05/02/2015</b>
-------------------------

## Promenino

Nesta época de Carnaval, aumenta o número de eventos e de festas que concentram multidões, situação em que as crianças costumam ficar mais expostas a riscos. Por isso, a Fundação de Ação Social (FAS) vai promover, pelo segundo ano consecutivo, na cidade de Curitiba (PR), a campanha “Criança protegida, alegria garantida”.

A iniciativa, programada para os domingos de pré-Carnaval, que acontecem na Avenida Marechal Deodoro, e para os demais eventos que seguem até 17 de fevereiro, pretende coibir casos de exploração e de abuso sexual contra crianças e adolescentes. A equipe da FAS estará presente nos locais das festas para orientar a população sobre os direitos das crianças e adolescentes, além de monitorar e registrar situações que desrespeitem a legislação.

O caráter da campanha é de mobilização. Segundo declarou a presidente da FAS, Marcia Oleskovicz Fruet, o momento é de festa, mas a responsabilidade com as crianças deve se manter presente. Para sensibilizar os foliões sobre o tema, serão realizadas blitzes educativas e distribuição de pulseiras de identificação para crianças e de apoio à campanha.